

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO**

ANDRÉ CRISTIANO ARNAUD

**O POTENCIAL ECOTURÍSTICO DO PARQUE MUNICIPAL MATA BOCA DA RONDA:
ESTUDO DE CASO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO URBANA NA CIDADE DE
PONTA GROSSA – PR**

**PONTA GROSSA
2013**

ANDRÉ CRISTIANO ARNAUD

**O POTENCIAL ECOTURÍSTICO DO PARQUE MUNICIPAL MATA BOCA DA RONDA:
ESTUDO DE CASO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO URBANA NA CIDADE DE
PONTA GROSSA – PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo do curso de Turismo, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a Ms. Ana Cláudia Folmann

PONTA GROSSA

2013

ANDRÉ CRISTIANO ARNAUD

**O POTENCIAL TURÍSTICO DO PARQUE MUNICIPAL MATA BOCA DA RONDA:
ESTUDO DE CASO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO URBANA NA CIDADE DE
PONTA GROSSA – PR**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Turismo do curso de Turismo, Setor de
Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.**

Orientadora: Profª Ms. Ana Claudia Folmann

PONTA GROSSA 05 DE NOVEMBRO DE 2013

BANCA EXAMINADORA

Nome: Carlos Alberto Maio

Titulação / Instituição: Mestre em História - UNESP

Nome: Douglas Rundvallt

Titulação / Instituição: Mestre em Gestão de Território - UEPG

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial à minha filha que é a maior inspiração da minha vida, e à minha esposa que sempre esteve ao meu lado, mesmo quando eu estive longe, ajudando-me diariamente a tornar este sonho em realidade.

AGRADECIMENTOS

À

Deus que está dentro de cada um de nós.

Minha esposa Daniele e a minha filha Júlia que me dão forças todos os dias para que eu continue lutando.

Meus pais João Mário e Soeli, por todas as vezes que me orientaram nessa jornada, mesmo nas horas mais difíceis.

Meus irmãos: Andressa, Andréa e Andrei que sempre me apoiaram.

Minha Orientadora Ana Cláudia Folmann que sempre me instruiu muito bem.

A Professora Márcia Maria Dropa, que me deu forças ao longo de todo o curso, mostrando-me os caminhos para que eu alcançasse os meus objetivos.

Amiga e Professora Jasmine Cardozo Moreira, que despertou o meu interesse por áreas naturais e que sempre abriu portas para seus alunos nos lugares por onde passou.

Todos os amigos e professores do curso de Turismo da UEPG.

Amigos da Banda Bolores que me ajudam a lutar por um mundo melhor.

Amigos de trabalho, onde juntos mostramos a força da Educação Ambiental através do Ecoturismo no Parque Estadual de Vila Velha.

“Se queres ser universal, fala da tua aldeia”.

(Leon Tolstói)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo desenvolver propostas de atividades que podem ser desenvolvidas no Parque Municipal Mata Boca da Ronda, uma Unidade de Conservação Urbana na cidade de Ponta Grossa. A metodologia para desenvolver esse trabalho foi através de visitas *in loco*, pesquisas bibliográficas e o desenvolvimento de uma análise de método SWOT para descobrir as forças e fraquezas do parque em estudo, tanto no âmbito interno quanto externo. Verificou-se que apenas a criação de uma Unidade de Conservação não dá a garantia de que ela será protegida de fato, é preciso desenvolver pesquisas em diversas áreas para conhecer o que se está preservando, também é importante relatar que o planeta encontra-se cada vez mais carente em relação às áreas verdes, ainda mais quando trata-se de áreas verdes dentro do perímetro urbano. O ecoturismo é uma atividade que além de movimentar economicamente uma região, pode vir a gerar recursos que auxiliam na conservação do lugar onde ele é desenvolvido, o mesmo se faz também uma ótima ferramenta para trabalhar a educação ambiental dentro das Unidades de Conservação.

Palavras Chaves: Parque Municipal. Ecoturismo. Análise SWOT.

ABSTRACT

This work aims to develop proposals for activities that can be developed in the Mata Boca da Ronda Municipal Park an Urban Protetcted Area in the city of Ponta Grossa. The methodology to develop this work was through site visits, library research and development of a SWOT analysis method to discover the strengths and weaknesses of the park in the study , both internally and externally . It was found that only the creation of a conservation does not guarantee that it will be protected in fact , it is necessary to develop research in several areas to know that preserving this , it is also important to mention that the planet is every increasingly lacking in relation to green areas even as it is green areas within the city . Ecotourism is an activity that move beyond a region economically, could generate resources that assist in the conservation of the place where it is developed , the same is also a great tool for working environmental education within the protected areas

Key Words: Municipal Park. Ecotourism. SWOT Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Parque Municipal Boca da Ronda.....	29
Figura 2: Líquens bioindicadores da qualidade do ar (<i>Herpothallon rubrocinctum</i>)...31	31
Figura 3: Trilha em meio à vegetação do Parque.....	31
Figura 4: curso d'água em afloramento rochoso no parque	32
Figura 5: Vegetação de campo em meio ao parque com a Prefeitura Municipal de Ponta grossa ao fundo.	32
Figura 6: Prédio em meio à paisagem da Floresta Ombrófila Mista.....	33
Figura 7: Modelo da análise SWOT	34
Figura 8: Local com muito lixo e também ponto de consumo de drogas.....	38
Figura 9: Fundos da Rodoviária, início dos limites do parque	42
Figura 10: Ponto para possível instalação de um mirante, aos fundos de um hipermercado, com vista panorâmica do parque, dos bairros da Ronda e Jardim Maracanã.	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Parques Municipais em Ponta Grossa - PR	28
Quadro 2: Análise SWOT do Parque Municipal Mata Boca da Ronda.....	36
Quadro 3: Modelos de trilhas.	43
Quadro 4: Espécies de pássaros avistadas	45
Quadro 5: Espécies da vegetação nativa	45
Quadro 6: Espécies da vegetação exótica.	46

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Lei 4832/92 Lei nº 4832 de 09 de dezembro de 1992 de Ponta Grossa ..	54
---	----

Sumário

INTRODUÇÃO	11
1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	14
1.1 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC)	16
1.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO PARANÁ.....	18
1.3 PLANO DE MANEJO	19
2 TURISMO E MEIO AMBIENTE	21
2.1 ECOTURISMO.....	22
2.2 PLANEJAMENTO ECOTURISTICO	23
2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	25
3. ESTUDO DE CASO: PARQUE MUNICIPAL MATA BOCA DA RONDA EM PONTA GROSSA - PR.....	28
4 ANÁLISE SWOT DO PARQUE MUNICIPAL MATA BOCA DA RONDA.....	34
4.1 AMBIENTE INTERNO.....	37
4.1.1 Forças.....	37
4.1.2 Fraquezas.....	38
4.2 AMBIENTE EXTERNO	39
4.2.1 Oportunidades	39
4.2.2 Ameaças.....	39
4.3 CRUZAMENTO DOS DADOS	40
4.3.1 Forças e Oportunidades	40
4.3.2 Fraquezas e Ameaças.....	41
5 PROPOSTAS PARA O PARQUE MUNICIPAL MATA BOCA DA RONDA	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

Desde que o homem começou a perceber a necessidade da criação de áreas protegidas nos Estados Unidos, no século XIX, para garantir que as futuras gerações pudessem conhecer determinados lugares, vários países do mundo entre eles o Brasil, começaram a transformar porções de terras com relevante interesse para a sociedade em Unidades de Conservação.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), define uma unidade de conservação como sendo:

“Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, 2002, p. 04).

Nos dias atuais existem diversas categorias de Unidades de Conservação, porém a que serviu como base para a criação de outros modelos foi o Parque Nacional, que quando criado pelo Estado ou pelo Município, passa a ser chamado respectivamente de Parque Estadual e Parque Municipal.

De acordo com Costa (2002), o objetivo básico desses parques “é a proteção de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e o ecoturismo”.

O homem moderno, que vive situações constantes de estresse, sentindo cada vez mais a necessidade de retornar ao ambiente natural, fez dessas áreas preservadas um ambiente propício para esse contato com a natureza.

Nesse sentido o planejamento se faz necessário para desenvolver o sistema de visitação, pois é muito importante que além de fugir da rotina diária das cidades, as pessoas conheçam a importância da preservação e também o que está sendo preservando, isto deve ocorrer através da interpretação ambiental, que segundo Moreira (2011), “é considerada como uma parte da educação ambiental”, sendo esse o termo que descreve as atividades de uma comunicação realizada para a

melhor compreensão do ambiente natural em áreas protegidas, museus, centro de interpretação da natureza, entre outros.

Na cidade de Ponta Grossa no estado do Paraná, no ano de 1992, foram criados sete Parques Municipais através da Lei nº 4.832, dentre eles está o Parque Municipal Mata Boca da Ronda que é um remanescente da Floresta Ombrófila Mista (FOM) ou Floresta com Araucária, esse tipo de floresta foi muito impactado no passado para fomentar a economia do estado do Paraná, alguns autores dizem que atualmente, primeira metade da década de 2010, restam menos de 1% desse tipo de floresta no estado, devido ao grande impacto causado pelo desmatamento, percebe-se então a importância de preservá-la e também de sensibilizar as pessoas a respeito da importância desse bioma.

A localização desta Unidade de Conservação é privilegiada, pois além de estar entre alguns dos principais bairros da cidade, também se encontra próxima a várias instituições de ensino, aos fundos da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e principalmente ao lado da Estação Rodoviária, localização esta que, facilita a visita para os turistas, para a população e para instituições de ensino que podem desenvolver passeios ecológicos e aulas com ênfase em educação ambiental.

Por se tratar de uma área verde dentro de um local movimentado da cidade, o parque com uma estruturação adequada deve despertar o interesse das pessoas, segundo Folmann (2003), “facilitar ao turista uma vivência de interpretação da natureza contribuirá para a formação de uma consciência ambientalista, valorizando os espaços e paisagens ecológicas, fazendo com que os mesmos se sintam integrantes da área natural”.

O objetivo do presente trabalho é elaborar uma análise do parque, verificando de que maneira as atividades ecoturísticas podem ser implementadas, e assim então propor atividades de educação e interpretação ambiental para turistas, estudantes e população em geral, conhecer qual é o tipo de vegetação que compõe o Parque e também analisar o interior e o entorno da área através do Método SWOT.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram desenvolvidas pesquisas documentais através de bibliografia especializada no tema, legislação específica sobre UCs e visitas *in loco*.

O trabalho é uma Pesquisa Qualitativa voltada a um estudo de caso.

Na primeira parte deste trabalho, será abordado o tema Unidades de Conservação (UC), relatando um pouco do histórico das mesmas no Brasil e no Mundo. Discorre também sobre a legislação brasileira através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Categorias de UC's e Plano de Manejo.

No capítulo seguinte será abordado o tema turismo, e qual o segmento do mesmo ocorre dentro das UC's, também discorre sobre o Planejamento Ecoturístico, Educação e Interpretação Ambiental dentro das Áreas Protegidas.

A seguir o trabalho apresentará as UC's Municipais na cidade de Ponta Grossa, entrando então no estudo de caso, mostrando imagens do interior do Parque Municipal Mata Boca da Ronda e também a Análise SWOT desenvolvida.

Por fim serão colocadas as considerações finais do trabalho.

1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A criação de áreas naturais protegidas surgiu primeiramente nos Estados Unidos, no século XIX, com a finalidade de proteger espaços territoriais da rápida expansão urbano industrial que ocorria naquele país. De acordo com Diegues (2000), “os preservacionistas americanos constatando essa expansão, propunham ilhas de conservação ambiental com grande beleza cênica onde o homem urbano pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem, desse modo, as áreas naturais protegidas acabaram por se tornar espaços públicos”.

O Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, é a primeira Unidade de Conservação (UC) do mundo, criada no dia 1º de março de 1872. De acordo com Costa (2002) a história credita aos exploradores do rio Yellowstone a iniciativa de lutar pela preservação das belezas naturais daquela área, porém antes dele, no dia 30 de junho de 1864, a área do atual Parque Nacional de Yosemite, já tinha sido decretada como inalienável em qualquer tempo, por Abraham Lincoln então presidente da república daquele país, tornando Yosemite a primeira área de preservação.

Costa (2002) ainda ressalta que os Estados Unidos foram o país pioneiro na criação de UCs no mundo, depois disso vários outros países começaram a criar parques nos mesmos moldes americanos para proteger áreas naturais. No Brasil apenas quatro anos depois da criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos, André Rebouças, político e engenheiro brasileiro propôs a criação de Parques Nacionais nas áreas de Sete Quedas (PR) e da Ilha do Bananal, nos rios Tocantins e Araguaia (TO), ideia essa que não obteve muita repercussão.

A primeira UC criada no Brasil foi o Parque Nacional do Itatiaia, no Rio de Janeiro, no ano de 1937. Este parque foi criado com base no código florestal de 1934 e de acordo com Pádua:

As primeiras unidades de conservação foram criadas sem nenhum tipo de critério técnico e científico, ou seja, foram estabelecidas meramente em razão de suas belezas cênicas como foi o caso do Parque Nacional do Iguaçu, ou por algum fenômeno geológico espetacular, como o Parque Nacional de Ubajara, ou ainda por puro oportunismo político como o Parque Nacional da Amazônia (Pádua apud Schenini, Costa e Casarin, 2004, p.2).

Apenas dois anos depois da criação da primeira UC brasileira, foram criadas mais duas áreas protegidas, o Parque Nacional de Iguazu, no Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro.

De acordo com Costa (2002), para que determinada área venha a se tornar uma UC, “é necessário um decreto de lei ou lei própria de criação, sendo sua extinção feita somente através de lei”. As UCs podem ser criadas em nível federal, estadual ou municipal.

As áreas protegidas estão entre os instrumentos mais eficazes para promover a preservação da natureza, segundo WWF – Brasil (2012), essas áreas ultrapassam o tempo, se renovam, se adaptam a novos contextos e novas necessidades, mas seguem contribuindo, de forma significativa, para atender interesses sociais em termos de conservação de vários valores que a natureza apresenta e da manutenção dos serviços prestados por seus ecossistemas.

Depois da criação dos primeiros Parques Nacionais, é que começaram a surgir as outras categorias de unidades de conservação, esses parques, quando criados pelo estado ou pelo município, passam a ser chamados respectivamente de Parque Estadual e Parque Municipal.

Costa (2002), diz que o objetivo básico dos Parques Nacionais “é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando atividades como: pesquisas científicas, educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e ecoturismo”. Todo Parque Nacional é de posse do poder público e quando possui propriedades privadas em seus limites, estas serão desapropriadas e indenizadas de acordo com a lei.

As atividades desenvolvidas dentro destas unidades de conservação são muito importantes para toda a sociedade, porque além das pesquisas, também são desenvolvidas atividades onde os turistas e as comunidades locais possam participar, entendendo assim a importância da preservação e conhecendo as especificidades de cada local. O ecoturismo é uma das principais maneiras de colocar as pessoas em contato com a natureza de uma maneira sustentável, mas para que isso ocorra de maneira ordenada dentro de áreas protegidas é preciso que as leis sejam respeitadas.

1.1 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC)

A lei nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, foi sancionada pelo presidente da república em 18 de julho de 2000, após quase uma década de tramitação no Congresso Nacional e contou com inúmeros debates e amplas consultas aos diferentes segmentos interessados.

Após dois anos da sua publicação, este diploma legal foi devidamente regulamentado, por meio do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, cujo conteúdo também foi discutido e debatido pela sociedade tecno científica brasileira.

De acordo com Gonchoroski *in* (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza 2002, p. 02) antes do SNUC "a legislação ambiental brasileira, apesar de ser rica e abrangente, não atendia totalmente aos anseios das organizações e da sociedade quanto ao estabelecimento de um instrumento legal que organizasse o sistema de Unidades de Conservação no Brasil".

O SNUC define uma unidade de conservação como sendo: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

De acordo com Costa (2002), os objetivos do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) são:

- I. Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II. Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III. Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV. Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V. Promover a utilização dos princípios e das práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI. Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII. Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII. Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

- IX. Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X. Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI. Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII. Favorecer as condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII. Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

O Artigo 7º da lei de nº 9.985, diz que as que as unidades de conservação integrantes ao SNUC, são divididas em dois grupos, cada um com suas características próprias.

Unidades de Proteção Integral: seu objetivo básico é de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta mesma lei.

Deste grupo fazem parte as seguintes categorias de unidades de conservação:

- Estação Ecológica;
- Reserva Biológica;
- Parque Nacional;
- Monumento Natural;
- Refúgio de Vida Silvestre.

Unidades de Uso Sustentável: Seu objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Deste outro grupo fazem parte as seguintes categorias de unidades de conservação:

- Área de Proteção Ambiental;
- Área de Relevante Interesse Ecológico;
- Floresta Nacional;
- Reserva Extrativista;
- Reserva de Fauna;
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável;

- Reserva Particular do Patrimônio Natural.

1.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO PARANÁ

O estado do Paraná possui atualmente 188 Unidades de Conservação sendo: 11 a nível federal, 68 a nível estadual e 109 a nível municipal (SEMA, 2012).

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná (SEMA, 2012), o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC é o conjunto das unidades de conservação existentes dentro do território paranaense. O SEUC, referido na Lei Estadual nº 10.066/92 e ratificado na Lei Florestal do Paraná nº 11.054/95, integra-se com as demais áreas naturais protegidas, na rede estadual da Biodiversidade, formando o Sistema Estadual da Biodiversidade.

A SEMA (2012) diz também, que a responsabilidade pela organização e manutenção do Sistema Estadual de Unidades de Conservação é do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, preservando a diversidade e a integridade do patrimônio genético e, por meio de convênio, participar da administração de Unidades de Conservação de domínio dos municípios ou da União. Também busca incentivar e assistir as prefeituras municipais no que diz respeito à implantação de parques, bosques, arborização urbana e repovoamento de lagos e rios.

O Estado do Paraná tornou-se referência nacional no que diz respeito à preservação, quando no ano de 1991 criou o ICMS Ecológico que mais tarde se espalharia para outros estados da federação.

De acordo com o Instituto Ambiental do Paraná (2012), o ICMS Ecológico ou Lei dos Royalties Ecológicos é o nome que se dá à Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. O ICMS Ecológico trata-se de um instrumento de política pública, que trata do repasse de recursos financeiros para os municípios que possuem em seu território Unidades de Conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais para o abastecimento de municípios vizinhos.

De acordo com o Instituto Ambiental do Paraná o ICMS Ecológico é destinado:

Cinquenta por cento para Municípios que tenham integrado em seu território mananciais de abastecimento.

Cinquenta por cento para Municípios que tenham integrado em seu território Unidades de Conservação, Áreas de Terras Indígenas, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Faxinais e Reservas Florestais Legais.

Depois da criação da lei do ICMS Ecológico no Estado do Paraná, várias Unidades de Conservação foram criadas no estado. Na cidade de Ponta Grossa não foi diferente, pois um ano após a criação da lei, vários locais naturais da cidade tornaram-se áreas protegidas, porém nenhuma delas desenvolve atividades em conformidade com a lei e ainda não possuem um plano de manejo, caso do parque em questão.

1.3 PLANO DE MANEJO

Após a criação de uma unidade de conservação, tem-se um prazo de no máximo cinco anos para que seja desenvolvido o plano de manejo. Toda unidade de conservação deve possuir um plano de manejo, que deve ser elaborado em função dos objetivos gerais pelo qual ela foi criada.

O plano de manejo é um documento consistente, elaborado a partir de diversos estudos, incluindo diagnósticos do meio físico, biológico e social. Ele estabelece as normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da unidade de conservação, seu entorno e, quando for o caso, os corredores ecológicos por ela associados, podendo também incluir a implantação de estruturas físicas dentro da unidade de conservação, visando minimizar os impactos negativos sobre ela, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012).

O Ministério do Meio Ambiente (2012) ainda ressalta que, uma das ferramentas mais importantes existentes no plano de manejo é justamente a de zoneamento da unidade de conservação, que a organiza espacialmente em zonas sob diferentes graus de proteção e regras de uso, além de promover medidas que promovem a integração da unidade de conservação com a vida econômica e social das comunidades que vivem ao entorno, para que a implementação desta unidade seja mais eficiente.

Também é importante ressaltar que é neste documento que as regras para a visitação da unidade de conservação são elaboradas.

Segundo Moreira (2011), no ano de 1999 o IBAMA propôs um modelo de Plano de Manejo que deveria ser composto pelos seguintes programas:

- Programa de Conhecimento;
- Programa de Uso Público;
- Programa de Integração com a Área de Influência;
- Programa de Manejo do Meio Ambiente;
- Programa de Operacionalização.

Moreira (2011), afirma que no caso das áreas de uso público de uma UC, as mesmas se caracterizam por ser o local onde o visitante tem acesso, sendo o centro de visitantes muitas vezes o primeiro contato do turista com a UC, onde podem ser encontrados vários meios interpretativos, tais como: palestras, recursos audiovisuais, exposições, materiais informativos, entre outros.

No Brasil existem muitas unidades de conservação que foram criadas há muito mais de cinco anos e que ainda não possuem um plano de manejo, dificultando as ações que podem ser desenvolvidas dentro das mesmas, muitas delas desenvolvem atividades turísticas, porém de maneira não planejada, ocasionando vários impactos.

2 TURISMO E MEIO AMBIENTE

O lazer segundo o dicionário da língua portuguesa é o “*tempo de que se dispõe livremente para repouso ou distração*”, e uma das formas utilizadas para o aproveitamento deste tempo livre, pode ser por meio do turismo, que se caracteriza como uma atividade que faz com que as pessoas saiam do lugar onde residem para aproveitar o tempo que dispõem livremente de uma maneira em que compartilhem da cultura, da natureza, serviços e equipamentos dos lugares para o qual se deslocaram.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003), “o turismo é uma atividade econômica que consiste no deslocamento das pessoas para um local que não seja o seu de residência habitual por um período inferior a um ano, com motivação de negócios, lazer ou outros”. Porém é necessário que exista um produto turístico para que as pessoas possam consumi-lo, fazendo com que a atividade se realize, atendendo as necessidades de quem a pratica, sendo:

Todo produto turístico é composto de um conjunto de bens e serviços, que estão intimamente interligados, principalmente quando o produto ao qual nos referimos é uma destinação turística. Suas singularidades o distinguem dos bens industrializados e do comércio, como também dos demais tipos de serviços, por se tratar de um bem de consumo abstrato, não podendo, ao contrário dos bens tangíveis, ser avaliado de acordo com seu tamanho, peso, formato ou cor. Uma de suas características mais marcantes é que se trata de um produto imaterial – intangível – cujo resíduo, após o uso, é uma experiência vivencial (RUSCHMANN, 1995, p. 24).

Na composição do produto turístico encontra-se o atrativo, que se destaca como algo de grande importância, pois na maioria das vezes é o principal estimulador para que os turistas venham a praticar a atividade em determinado local, segundo Barreto (1995, p. 33), “atrativo turístico é tudo aquilo que atrai o turista”, sendo assim os atrativos tem como base os patrimônios culturais e naturais.

Para que tenham um apelo turístico, é preciso que haja aspectos naturais com grande relevância, destacando a beleza daquilo que não é obra humana, neste caso a fauna, flora, rios, cachoeiras, praias e paisagens naturais, por outro lado os aspectos culturais colocam em destaque as obras humanas, como arquitetura, urbanismo e cultura imaterial. Também é possível destacar atrativos mistos, onde a

natureza e a cultura se encontram, um exemplo são os jardins e as terras cultivadas através da ação humana.

2.1 ECOTURISMO

A partir dessa afirmação pode se destacar as Unidades de Conservação como Patrimônios Culturais e Naturais possuindo um grande apelo turístico, pois nas últimas décadas muito se fala em meio ambiente, fazendo com que as áreas naturais recebam maior atenção, tanto por parte dos turistas, quanto por parte do estado, de acordo com Moreira (2011, p. 33), “o crescente interesse global por temas ambientais é o que tem feito o turismo de natureza crescer cada vez mais”.

O segmento turístico mais praticado nessas áreas é o ecoturismo, que é um agente sensibilizador das questões ambientais e uma ferramenta de educação ambiental.

O Ministério Turismo (2010) relata que o ecoturismo surgiu no início da década de 1980, e trata-se de uma atividade que ocorre em áreas naturais, onde o visitante procura conhecer e aprender com a natureza. Esta atividade geralmente acontece em lugares pouco alterados pela ação humana, através de atividades como: observação da fauna e da flora, trilhas na natureza, mergulho, visita a comunidades tradicionais, entre outros.

Os praticantes do ecoturismo geralmente são pessoas que se preocupam com a preservação ambiental, e procuram causar o mínimo de impacto possível ao meio ambiente, César (2007, p. 10), conta que os ecoturistas, “normalmente, apresentam um elevado grau de instrução, muitos concluíram o ensino superior e preferem locais onde a natureza e as culturas tradicionais sejam respeitadas. Eles querem aprender e buscam informações e esclarecimentos nas destinações visitadas”.

Moreira (2011), diz que “esse segmento tem demonstrado ser um dos mais eficientes instrumentos econômicos adotados por setores que tem o compromisso com o meio ambiente e por governos para financiar e garantir a proteção de ecossistemas”, então se percebe a importância de um planejamento sustentável onde a interação com o meio ambiente seja de forma harmônica, pois a natureza não deve ser tratada como um produto onde se visa apenas o lucro.

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações. (Ministério do Turismo, 2010, p. 17).

O ecoturismo funciona como uma engrenagem onde sustentabilidade, patrimônio natural e cultural, conservação e conscientização ambiental e o bem estar das comunidades locais devem estar em sincronia, pois esta atividade acontece em áreas naturais onde comunidades já existiam antes mesmo do turismo e devem ser respeitadas tanto quanto o ambiente natural.

O ecoturismo é também uma importante ferramenta para desenvolver a educação ambiental, o que é facilitado devido ao fato desta atividade ocorrer em ambientes naturais, possibilitando aos participantes a experiência ao vivo com o mundo natural.

Lindberg e Hawkins (2001, p. 18), afirmam que, “a função do ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo das pessoas de estarem em contato com o meio natural, é a busca pelo potencial turístico com foco na preservação e desenvolvimento, evitando os impactos negativos sobre a ecologia, a cultura e a estética”. Sendo assim muitas Unidades de Conservação estão abertas para visitaçã, porém com um planejamento prévio, para que a atividade seja exercida de uma maneira sustentável, causando o mínimo de danos possíveis ao meio ambiente e dando à natureza o tempo necessário para que ela se recomponha.

2.2 PLANEJAMENTO ECOTURISTICO

Os projetos ecoturísticos justificam sua importância baseados em duas ideias básicas, que são: a conservação dos recursos naturais e culturais e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais (Irving, 2002).

De acordo com Irving (2002, p. 47),

“O planejamento e a gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação representam um dos grandes desafios enfrentados pelo Brasil, no turismo o planejamento é fundamental, pois é através dele que os impactos negativos causados pela atividade poderão ser previstos e minimizados, pode-se constatar então a importância do planejamento nessas áreas de preservação, mostrando a importância de um estudo para conhecer o local onde será desenvolvida a atividade turística”.

Para Lindberg e Hawkins (2001), o Planejamento em áreas protegidas deve ser constituído de três fases:

1. Avaliar a situação atual e potencial do turismo.
2. Determinar uma situação de turismo desejável e identificar os passos para concretizá-la.
3. Escrever um documento sobre a estratégia ecoturística.

O turismo é uma atividade que necessita de um planejamento muito bem elaborado, pois pode trazer consequências positivas como a geração de emprego e renda para as comunidades locais, incentivo a preservação de áreas naturais, ou então negativas como a degradação do meio ambiente e a poluição, algumas vezes as consequências da degradação podem ser irreversíveis, e aí o turismo põe a perder sua própria matéria prima, ou seja, o meio ambiente que inicialmente atraia os visitantes. Quando se tenta desenvolver a atividade ecoturística é necessário que haja uma atenção especial do poder público.

Pellegrini Filho (1993, p. 07) recomenda que sejam estabelecidas, normas e orientações que levem em conta:

- Cada projeto específico deve respeitar rigorosamente as leis municipais, estaduais e federais concernentes ao uso e ocupação do solo, como deve respeitar a natureza e a cultura local e regional.
- Cada projeto deve ser direcionado rigorosamente, visando à coexistência harmônica com o meio ambiente local, minimizando impactos ecoculturais.

De acordo com Lindberg e Hawkins (2001), o ecoturismo como componente fundamental de um desenvolvimento sustentável, necessita de uma abordagem multidisciplinar, um planejamento cauteloso, tanto físico como gerenciais, e também diretrizes e regulamentos rígidos, que garantam um funcionamento estável, somente através de um sistema intersetorial que o ecoturismo poderá alcançar seus objetivos. Também é importante destacar a participação das empresas privadas, dos governos, das organizações não governamentais, e principalmente das comunidades locais em todas as etapas do planejamento, pois cada uma delas tem um importante papel a desempenhar.

O ecoturismo necessita da contribuição de toda a sociedade para ser executado de maneira sustentável e que possa trazer benefícios tanto para os locais

visitados, quanto para os visitantes.

Seguindo nesse raciocínio, Mendonça e Neiman (2005) dizem que:

Ecoturistas, planejadores, empreendedores, educadores devem se lembrar da imensa oportunidade que têm nas mãos ao possibilitarem o contato das pessoas com o mundo selvagem, do qual vivemos nos distanciando há milênios. Esse distanciamento, processado num longo e contínuo processo de substituição das áreas selvagens pelas domésticas, deixou sobrar pequenas ilhas destes ambientes originais. Hoje elas são raras e preciosas. E não é só o mundo selvagem que estamos afastados: nos afastamos de nós mesmos; desconhecemos as possibilidades de assumirmos relações mais interessantes e verdadeiras com os outros. Tudo isso pode – e já temos provas suficientes disso – ser modificado pela prática do ecoturismo. O potencial que a atividade tem de contribuir para a evolução humana é imenso. Só que para realizá-lo é preciso disposição e preparação. Não é pouco o que temos pela frente. (Mendonça e Neiman, 2005, p. 02).

Além da questão da preservação ambiental, as Unidades de Conservação são ótimas ferramentas de desenvolvimento da educação ambiental, tanto para os turistas, quanto para alunos que podem ter uma sala de aula ao ar livre e aprenderem ao vivo o que é uma área protegida, além de suas particularidades.

2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com Guarim (2002), rumo ao século XXI, “o tema Educação Ambiental passou por várias barreiras, enfrentou inúmeras dificuldades, encontrou milhares de adeptos, ampliou-se de forma madura em um conjunto de práticas educativas, inseriu-se nos discursos de nossos representantes em todos os níveis”. Enfim, atingiu um patamar de grandes proporções, do qual se espera que as soluções advindas de sua prática proporcionem uma melhor qualidade de vida ao homem da terra.

A Educação Ambiental ganhou destaque a partir das conferências mundiais e de movimentos sociais que começaram a ocorrer no final dos anos 1960, pois o modelo econômico adotado após a revolução industrial começava a apresentar seus impactos ao mundo, porém foi em 1972 que aconteceu um dos eventos mais decisivos para a evolução da Educação Ambiental, a Conferência de Estocolmo, realizada pela Organização das Nações Unidas de 5 a 16 de junho na Suécia, contando com a participação de 113 países.

Segundo Reigota (2009), o tema principal das discussões nessa conferência foi a poluição causada principalmente pelas indústrias, o autor ainda ressalta que, Brasil e a Índia que viviam na época milagres econômicos, defenderam a ideia de que “a poluição é o preço que se paga pelo progresso”, tendo essa posição esses dois países abriram as portas para a instalação de indústrias multinacionais poluidoras, impedidas ou com dificuldades de continuarem atuando da mesma maneira em que operavam em seus próprios países.

É importante relatar que nessa conferência surge a “Declaração sobre o Ambiente Humano”, com a recomendação de nº 96 da conferência que reconhecia o desenvolvimento da Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate da crise ambiental mundial.

Vinte anos mais tarde, e após vários outros encontros, aconteceu no Rio de Janeiro a Rio-92 ou Eco-92 como também ficou conhecida, Moreira (2011, p.71) relata que:

Durante a Rio 92 foi elaborado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1993), que instituía 16 princípios de Educação Ambiental a serem seguidos. Esses princípios buscariam nortear a aprendizagem que pode “gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e desses com outras formas de vida”. O documento considera a educação ambiental como um processo de aprendizagem permanente e que a preservação para mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza e das crises que ameaçam o futuro do planeta.

A educação ambiental é um aprendizado constante, onde todos os dias procuram-se formas de aplicá-las, nos dias atuais a mesma se faz como matéria obrigatória nas escolas e universidades.

De acordo com a Lei nº 9.795 (1999, p1):

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Um dos métodos utilizados para se desenvolver a educação ambiental é a interpretação ambiental, que ajuda o visitante a compreender melhor o ambiente visitado, César (2007) relata que a interpretação ambiental consiste em um conjunto de técnicas para garantir a experiência da visita, isso é realizado por meio da

transmissão de informações a respeito das características da natureza e da cultura local ao público visitante.

É importante que toda unidade de conservação possua um programa de interpretação ambiental, segundo o Ministério do Meio Ambiente (2007, p. 20) as diretrizes para interpretação ambiental são:

1. Adotar a educação ambiental como uma forma de fortalecer a compreensão sobre a importância da UC e seu papel no desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental.
2. Utilizar as diversas técnicas de interpretação ambiental como forma de estimular o visitante a desenvolver a consciência, a apreciação e entendimento dos aspectos naturais e culturais, tornando a visita numa experiência enriquecedora e agradável.
3. Empregar instrumentos de interpretação ambiental como ferramenta de minimização de impactos negativos naturais e culturais.
4. Desenvolver instrumentos interpretativos fundamentados em pesquisas e informações consistentes sobre os aspectos naturais e culturais do local.
5. Envolver a sociedade local no processo de elaboração dos instrumentos interpretativos.
6. Assegurar que o projeto de interpretação ambiental seja elaborado por equipe multidisciplinar e que utilize uma linguagem acessível ao conjunto dos visitantes.

Um programa bem elaborado de interpretação ambiental pode agregar valor a visita dentro de unidades de conservação, permitindo que o visitante entenda melhor o que está sendo vivenciado, Moreira (2011) diz que, a interpretação ambiental tem como objetivo a conservação dos recursos naturais, procurando aumentar a satisfação dos visitantes, servindo como uma ferramenta para o manejo. Pretende sensibilizar os visitantes para que os mesmos vejam, explorem, observem, analisem, compreendam, e sintam o patrimônio natural que estão visitando, porém para que seja revelado o sentido profundo de uma realidade histórica ou de uma paisagem, existe um aspecto imprescindível que é a necessidade de partir sempre da investigação científica do patrimônio e ser fiel aos resultados dessa investigação.

3. ESTUDO DE CASO: PARQUE MUNICIPAL MATA BOCA DA RONDA EM PONTA GROSSA - PR

A cidade de Ponta Grossa foi Fundada no dia 15 de setembro de 1823, localiza-se no segundo planalto paranaense na região dos Campos Gerais.

A cidade de Ponta Grossa teve sua origem com o tropeirismo, devido à abundância de pastos que existiam nessa região os tropeiros paravam para alimentar seus animais e recuperarem as forças para seguirem viagem. Já a urbanização e desenvolvimento da cidade começam na década de 1930 com a chegada dos trilhos da ferrovia. Atualmente a cidade se destaca como um dos mais industrializados municípios do estado, apesar de todo esse crescimento ainda é possível encontrar áreas naturais urbanas.

No dia 09 de dezembro de 1992 foram criadas sete Unidades de Conservação Municipais em Ponta Grossa, por meio da Lei municipal de nº 4.832, como podem ser vistas no quadro a seguir.

Unidade de Conservação	Área	Localização
Parque Municipal Fonte do Bicão	9.842,15 m ²	Distrito de Guaragi
Parque Municipal Boca da Ronda	38.054,80 m ²	Área Urbana
Parque Municipal Rio Verde	43.481,62 m ²	Área Urbana
Parque Municipal Chácara Dantas	58.544,00 m ²	Área Urbana
Parque Municipal São Jorge	132.246,76 m ²	Vila San Martin
Parque Municipal Buraco do Padre	290.763,39 m ²	Cercadinho – Distrito de Itaiacoca
Parque Municipal Capão da Onça	5 alqueires	Região de Itaiacoca

Quadro 1: Parques Municipais em Ponta Grossa - PR
Fonte: Lei 4.832/1992.

Embora esses sete parques tenham sido criados há mais de vinte anos, nem um deles possui um plano de manejo para nortear as atividades desenvolvidas dentro dos seus limites, alguns deles desenvolvem algum tipo de atividade, mas não de uma maneira sustentável. Outros possuem muito pouco estudo, como é o caso do Parque Municipal Mata Boca da Ronda.

É importante relatar que na lei o nome do parque aparece como Parque Municipal Boca da Ronda, e no plano diretor do município consta como Parque

Municipal Mata Boca da Ronda, optou-se por usar o nome de Mata Boca da Ronda pelo simples fato de que esse termo reverencia a Floresta Ombrófila Mista que compõe a área em estudo.

O Parque Municipal Mata Boca da Ronda foi criado no dia 09 de dezembro de 1992 pelo decreto de lei de nº 4.832, com uma área total de 38.054,80 m², o parque está localizado entre os bairros da Ronda, da Nova Rússia e do Santo Antônio, fazendo divisa com importantes construções como a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Câmara de Vereadores, Rodoviária, SENAC, SESI e um Hipermercado.

Encontra-se cercado por duas das principais vias de acesso ao centro da cidade de Ponta Grossa, que possuem um fluxo intenso de veículos e pedestres diariamente, são elas as Avenidas: João Manoel dos Santos Ribas e a Visconde de Taunay (como pode ser visto na figura 1).



Figura 1: Parque Municipal Boca da Ronda

Fonte: Google Mapas (2012)

O Parque não é aberto à visitação, foi criado há quase vinte anos e ainda não possui um plano de manejo, também fica próximo do Parque Municipal Chácara Dantas que no ano de 1999 teve a implantação de infraestrutura para o desenvolvimento de várias atividades, porém por falta de planejamento e também por divergências políticas, encontra-se abandonada.

Segundo Takeda (2001, p. 71), “a cobertura vegetal do Parque Municipal Mata Boca da Ronda, caracteriza-se por uma associação secundária de Floresta Ombrófila Mista com capoeiras”.

A Floresta Ombrófila Mista (FOM), que também é conhecida como Floresta com Araucária, foi uma das mais expressivas fontes de recursos madeireiros até meados do século passado, na economia dos três estados do sul do país, a qual desde o início da colonização foi explorada de maneira exaustiva, de forma predatória e sem qualquer preocupação com a sustentabilidade do recurso florestal.

As pesquisas dentro desta Unidade de Conservação ainda são muito escassas, e por isso destaca-se a importância de uma maior atenção para com esta unidade, onde as únicas trilhas existentes no local são as feitas por moradores que usam os limites do parque para cortar caminho e praticar saltos com bicicletas.

De acordo com Lima e Silva (2010), mesmo que exista alto fluxo de pessoas no local, os indivíduos regenerantes estão conseguindo manter uma considerável diversidade e riqueza das espécies de plantas existentes, mas se houvesse uma preocupação maior com a conservação do local, como por exemplo, o uso sustentável, o processo de conhecimento dos meios de regeneração natural poderia subsidiar planos de recuperação e manejo adequado do Parque Municipal Mata Boca da Ronda e seu entorno.

Dentro desta questão do uso sustentável, o ecoturismo se torna uma opção para que a atividade turística seja desenvolvida no parque, gerando recursos para a manutenção e conscientizando a população da importância da preservação desta área, desde que tudo seja feito através de um planejamento que atenda os requisitos de preservação ambiental.

É importante ressaltar que no entorno do Parque Municipal Boca da Ronda existem várias instituições de ensino, tanto no âmbito privado quanto no público, o que faz desta Unidade de Conservação uma ótima alternativa de atividade de campo para estas instituições devido à facilidade de acesso.

Na sequência serão apresentadas algumas imagens do parque, coletadas durante as visitas ao local.



Figura 2: Líquens bioindicadores da qualidade do ar (*Herpothallon rubrocinctum*).
Fonte: O autor (2013)



Figura 3: Trilha em meio à vegetação do Parque.
Fonte: O autor (2013)



Figura 4: curso d'água em afloramento rochoso no parque.
Fonte: O autor (2013)



Figura 5: Vegetação de campo em meio ao parque com a Prefeitura Municipal de Ponta grossa ao fundo.
Fonte: O autor (2013)



Figura 6: Prédio em meio à paisagem da Floresta Ombrófila Mista.
Fonte: O autor (2013)

Para que fossem conhecidas algumas atividades que podem vir a ser implementadas dentro do Parque Municipal Mata Boca da Ronda, aplicou-se a metodologia da análise SWOT para avaliar o ambiente interno e externo e então, conhecer fatores que podem influenciar nas atividades do local.

4 ANÁLISE SWOT DO PARQUE MUNICIPAL MATA BOCA DA RONDA

De acordo com Kotler e Keller (2006), a análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo usado como base para gestão e planejamento estratégico de uma corporação ou empresa, podendo também ser aplicável na análise de destinos turísticos.

Segundo Kotler e Keller (2006), trata-se de uma avaliação global das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, permitindo sistematizar todas as informações disponíveis e obter uma leitura categorizada do objeto de estudo. A proposta de análise de ambiente do método SWOT é convenientemente representada na figura abaixo:

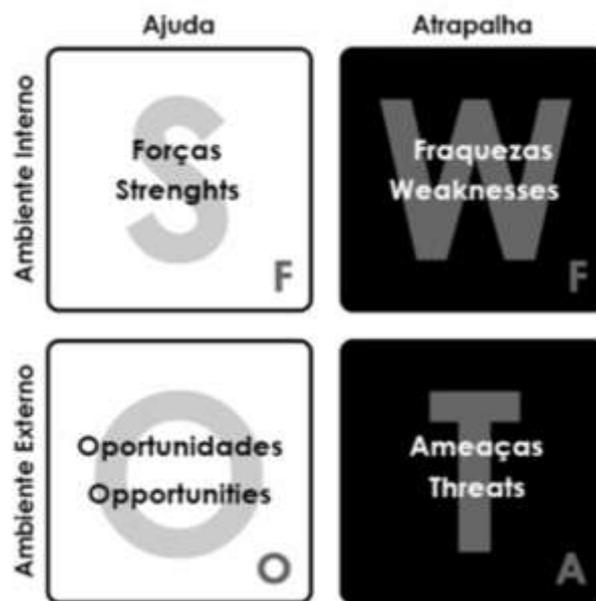


Figura 7: Modelo da análise SWOT
Fonte: Wikipédia (2013)

O nome SWOT vem do inglês para Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats, referindo-se às forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de uma corporação ou empresa. O objetivo do SWOT no presente trabalho é realizar uma análise crítica do cenário atual do Parque, identificando seus pontos fortes e fracos por meio de uma análise interna e externa do contexto onde ele está inserido, identificando as possíveis ameaças e oportunidades para o desenvolvimento de atividades ligadas ao ecoturismo. Ela procura combinar os pontos fortes com as

oportunidades e minimizar a combinação dos pontos fracos com as ameaças, de forma a realizar um planejamento estratégico e evitar o fracasso da instituição. Tendo por base o impacto do negócio e as tendências futuras, a análise SWOT permite termos uma grelha para identificar os elementos chaves que permitem estabelecer prioridades e tomar decisões estratégicas (BONZATO, 2012).

Para Kotler e Keller (2006) a análise externa percebe as oportunidades e ameaças criadas pelo ambiente, enquanto que a análise interna concentra-se nos pontos fortes e fracos do ambiente. No planejamento estratégico, a companhia combina seus pontos fortes com as oportunidades disponíveis e procura estabelecer ações para minimizar as ameaças, que podem ser acentuadas pelos pontos fracos.

Essa metodologia pode ser aplicada na criação de Planos de Manejo, pois a partir dela é possível identificar o que pode ser um entrave e o que pode contribuir para atingir os objetivos da UC. De acordo com Bonzato (2012), “alguns Parques Estaduais de São Paulo já utilizaram o SWOT como ferramenta auxiliar na criação do seu Plano de Manejo, como o Parque Estadual do Rio do Peixe, Parque Estadual da Campina do Encantado, Parque Estadual Intervales, Parque Estadual do Aguapeí e o Parque Estadual do Morro do Diabo”.

A Matriz de Avaliação Estratégica utilizada constituiu uma análise da situação geral do Parque, com relação aos fatores internos e externos que impulsionam ou dificultam as propostas das atividades à serem desenvolvidas.

Entende-se por fatores internos:

Forças: fenômenos ou condições inerentes à unidade, que contribuem ou favorecem seu manejo.

Fraquezas: fenômenos ou condições inerentes à Unidade, que comprometem ou dificultam seu manejo.

Entende-se por fatores externos:

Oportunidades: fenômenos ou condições externas à unidade, que contribuem para o alcance de seus objetivos.

Ameaças: fenômenos ou condições externas à unidade, que comprometem ou dificultam o alcance de seus objetivos.

O conjunto dos pontos fracos e das ameaças se constitui nas forças restritivas que debilitam a unidade comprometendo o seu manejo. Os pontos fortes e as oportunidades são as forças impulsoras que fortalecem a unidade, contribuindo para o manejo e para o alcance dos seus objetivos.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Localização Privilegiada; • Fácil acesso para estudantes e turistas realizarem pesquisas e atividades; • Área remanescente da Floresta Ombrófila Mista; • Respaldo da lei 9.985 SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). 	<ul style="list-style-type: none"> • Vandalismo; • Falta de estrutura; • Não tem Plano de Manejo; • Escassez de pesquisas no local.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Preservação e restauração do ecossistema; • Oportunidade aos cidadãos de lazer em contato com a natureza e consequentemente a sensibilização ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão imobiliária; • Falta de apoio político e interesse das autoridades competentes.

Quadro 2: Análise SWOT do Parque Municipal Mata Boca da Ronda.
 Fonte: O autor (2013)

Após adquirir ciência das limitações e pontos positivos do Parque Municipal Mata Boca da Ronda e do entorno que o influencia, é necessário analisar as oportunidades e as forças, bem como constatar fragilidades e as ameaças para buscar estratégias que minimizem e monitorem os aspectos negativos e maximizem as potencialidades. Primeiramente foram analisados cada ponto da tabela acima, para que depois fossem cruzados os dados.

4.1 AMBIENTE INTERNO

4.1.1 Forças

Localização Privilegiada: O Parque está localizado em uma região estratégica do município, aos fundos da Rodoviária, Prefeitura e Câmara Municipal, além de estar cercado por várias instituições de ensino tanto no âmbito privado, quanto estadual e municipal. Também é importante relatar que as Avenidas João Manoel dos Santos Ribas e Visconde de Taunay passam ao lado do parque, sendo estas a principal ligação dos bairros da Santa Paula, Ronda, Nova Rússia, Santo Antônio, Jardim Maracanã entre outros que fazem parte desta região, com o centro da cidade de Ponta Grossa.

Fácil acesso para estudantes e turistas realizarem pesquisas e atividades: Devido a grande concentração de instituições de ensino no entorno do Parque, várias paradas de ônibus urbanos, rodoviária e o fácil acesso para quem vem de carro ou até mesmo a pé ao entorno da localidade, facilita o acesso ao Parque.

Área remanescente da Floresta Ombrófila Mista (FOM): a área em estudo é um remanescente da FOM ou Floresta com Araucária como também pode ser chamada e de acordo com Dias e Mikich (2006) no estado do Paraná resta menos de 1% de composição deste tipo de floresta, dentre os principais causadores da diminuição deste tipo de formação florestal estão: a extração de madeira, as queimadas, a substituição da flora original pelo plantio de espécies exóticas (culturas agrícolas ou florestais), e a pressão urbana. No Parque encontramos um remanescente desse bioma na área urbana da cidade.

Respaldo da lei 9.985 SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza): apesar do Parque ainda não possuir um plano de manejo e mesmo tendo sido criado há mais de 20 anos, ele possui o respaldo da lei e por se tratar de um parque as leis precisam ser respeitadas.

4.1.2 Fraquezas

Vandalismo: o Parque é vulnerável a ação de vândalos, pois durante várias visitas foi possível constatar pessoas usando os seus limites para o consumo de drogas, descarte de lixo e também para necessidades fisiológicas.



Figura 8: Local com muito lixo e também ponto de consumo de drogas
Fonte: O autor (2012)

Falta de estrutura: O Parque não possui nenhum tipo de estrutura, foi possível constatar apenas algumas trilhas abertas por moradores da região que cortam caminho pelo parque, e também algumas rampas onde são praticados saltos com bicicletas.

Não tem Plano de Manejo: O Parque não tem Plano de Manejo, o que dificulta as propostas das ações que podem ser desenvolvidas.

Escassez de pesquisas no local: A falta de pesquisas no Parque dificulta o conhecimento principalmente da vegetação.

4.2 AMBIENTE EXTERNO

4.2.1 Oportunidades

Preservação e restauração do ecossistema: Nos dias atuais muito se fala na questão de preservação e restauração dos ecossistemas, o Parque é uma ótima oportunidade para que a cidade de Ponta Grossa mostre essa preocupação para com o meio ambiente.

Oportunidade aos cidadãos de lazer em contato com a natureza e a sensibilização ambiental: a cidade de Ponta Grossa sempre foi carente no que diz respeito ao lazer para sua população, porém a cidade é cercada por vários atrativos naturais que a população sempre procurou para a distração e lazer nos fins de semana, todas elas costumeiramente foram usadas de maneira desordenada e sem preocupação alguma com a questão ambiental. Um ótimo exemplo é o Parque Estadual de Vila Velha que muito sofreu com o sistema de visitação, e desde que foi revitalizado no começo dos anos 2000, vem cumprindo com o seu papel de Unidade de Conservação. O Parque em estudo é uma ótima opção para o município desenvolver métodos de conscientização ambiental na cidade.

4.2.2 Ameaças

Expansão imobiliária: é importante ressaltar que a grande expansão imobiliária que vem ocorrendo na cidade de Ponta Grossa nos últimos dez anos, tem feito com que as construções aproximem-se cada vez mais do parque, também é importante lembrar o valor comercial que a área possui devido a sua localização privilegiada, todos os anos surgem novas empresas aos seus arredores.

Falta de apoio político e interesse das autoridades competentes: atualmente uma emissora de televisão local teve a atitude de iniciar uma revitalização no Parque Municipal Chácara Dantas também conhecido como Parque Margherita Masini, através de uma ação popular, algo que deveria ter sido desenvolvido pela prefeitura municipal, é importante relatar que parque citado foi criado na mesma lei que instituiu o parque em estudo.

A campanha intitulada “Esse Lugar é Seu”, que tem como objetivo a revitalização do Parque Margherita Masini, realizou dois mutirões para a retirada de lixo entre os meses de setembro e outubro de 2013, depois dessas ações foi divulgado no site de notícias da rede globo, que a quantidade de lixo recolhido no local chegou a 3,8 toneladas.

De acordo com Ruschmann (1997), as práticas recreativas mais baratas podem ser realizadas próximo às residências, desde que o estado proporcione os espaços e equipamentos necessários. Então, os governos devem se preocupar em proporcionar aos cidadãos que não tem acesso às viagens turísticas, os equipamentos e espaços recreativos adequados para produzir satisfação individual, em família e na sua comunidade.

4.3 CRUZAMENTO DOS DADOS

Após a descrição de cada item da análise SWOT, foram cruzados os dados entre Forças x Oportunidades e também de Fraquezas x Ameaças, para que fosse obtida assim uma visão preliminar a respeito das linhas estratégicas e então propostas algumas atividades para o Parque.

Após a análise swot foi possível constatar:

4.3.1 Forças e Oportunidades

O Parque Municipal Mata Boca da Ronda possui uma localização privilegiada, pois se trata de uma área verde a poucos quilômetros do centro da cidade de Ponta Grossa e por isso possui fácil acesso para população em geral, além de estar ao lado da rodoviária que é a porta de entrada para quem vem de outras cidades usando ônibus.

A área é um Remanescente da Floresta Ombrófila Mista (FOM), que é a floresta nativa da região dos Campos Gerais e encontra-se criticamente ameaçada, também possui o respaldo da lei 9.985 SNUC cujo art. 4º diz que um dos seus objetivos básicos é promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais. Têm-se então a oportunidade de se restaurar um ecossistema dentro de uma unidade de conservação urbana, e conseqüentemente dar oportunidade de

lazer em contato com a natureza aos cidadãos, promovendo assim a conscientização ambiental.

4.3.2 Fraquezas e Ameaças

Após a constatação das fraquezas e ameaças do parque foi possível perceber que com a implementação de atividades e estruturação do mesmo, os pontos negativos, tanto no ambiente interno quanto externo podem ser minimizados ou até mesmo eliminados.

No caso do vandalismo, percebeu-se durante as visitas que ele acontece pelo fato de não haver nenhum tipo de cuidado com o local que é aberto e sem informações.

O Parque ainda não possui um Plano de Manejo, mas com a criação desse documento, teriam de ser desenvolvidas diversas pesquisas em várias áreas no local, o que aumentaria o conhecimento da população em geral a respeito da área.

O Parque é também uma ótima oportunidade para o governo municipal mostrar sua preocupação com a conservação ambiental e também com o lazer da população, também é importante relatar novamente que o parque fica aos fundos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Ponta Grossa e que pode ser considerado o “quintal” das mesmas.

Nesse contexto são propostas algumas atividades que podem ser desenvolvidas dentro da Unidade de Conservação. Essas propostas serão feitas baseadas nas atividades que constam na lei e que já acontecem em outras UCs, mas a sua validação só ocorrerá após a criação do Plano de Manejo.

5 PROPOSTAS PARA O PARQUE MUNICIPAL MATA BOCA DA RONDA

Centro de Visitantes: este é o ambiente onde o visitante tem o primeiro contato com a Unidade de Conservação, é onde são desenvolvidas diversas atividades voltadas para a educação ambiental, como apresentação de vídeos, palestras, exposições, entre outras atividades que possam vir a agregar um maior valor à visitação dentro da Unidade de Conservação.

Centro de Visitantes, Centro de Informações, ou Museu, é o espaço dentro de Unidades de Conservação, especialmente de Parques, destinado a receber os visitantes e oferecer-lhes informações e interpretação sobre os vários elementos que compõe a Unidades, em especial os recursos naturais e histórico-culturais. Cabe ainda, mostrar aos visitantes, nestes centros, a importância das áreas protegidas e seu papel na conservação dos patrimônios natural, histórico e cultural. (Carvalho *et al.*, 2002, p. 70).

Em Ponta Grossa o CIT (Centro de Informações Turísticas), localiza-se atualmente dentro da rodoviária da cidade, há cerca de cem metros da principal entrada do Parque Municipal Mata Boca da Ronda. É importante lembrar que esse acesso foi construído por ciclistas que desenvolvem atividades de Mountain Bike no interior do Parque, devido a essa proximidade o CIT da cidade poderia ser instalado dentro do centro de visitantes, aproveitando a estrutura e também mostrando aos turistas que procuram informações, o Parque que ali existe.



Figura 9: Fundos da Rodoviária, início dos limites do parque.
Fonte: O autor (2012)

Trilhas Interpretativas: uma trilha interpretativa possui estreita ligação com o ecoturismo, pois além de ajudar na interpretação da atividade turística, busca mudar a postura do ser humano perante a natureza, despertando a sensibilização ecológica capaz de manter o equilíbrio com o meio ambiente.

Carvalho *et al.* (2002), ressalta que caminhar ao longo de uma trilha interpretando-a é proporcionar ao visitante uma visão diferente daquela que os olhos normalmente “distraídos” não veriam. O autor ainda mostra a existência de dois métodos básicos que podem ser apontados na interpretação de trilhas que podem ser utilizados independentes um do outro e, também de maneira mais rica, como complementares, a opção por cada um deles dependerá das características de cada local, esses métodos são apresentados na tabela abaixo:

<p>Trilha Guiada</p>	<p>A trilha guiada exige a presença do Intérprete. Ele precisa estar sempre atento para envolver o visitante, estimulando-o a observar, sentir, experimentar e refletir a respeito do tema interpretativo, que está sendo apresentado. Uma das grandes vantagens dessa modalidade de trilha é o envolvimento entre as pessoas e o próprio intérprete, possibilitando o diálogo, a troca de experiências, etc. Em outras palavras, uma trilha interpretativa guiada deve ser dinâmica, envolvendo a participação de todos.</p>
<p>Trilha Autoguiada</p>	<p>A trilha autoguiada, é feita sem o acompanhamento de um intérprete. No percurso da trilha são estabelecidos pontos de parada, diante dos quais o visitante é estimulado à reflexão, através de roteiros, placas ou sistemas de áudio. São estes elementos (as placas, os roteiros ou o áudio), que fazem a conexão das pessoas com o lugar.</p>

Quadro 3: Modelos de trilhas.
Fonte: Carvalho *et al.* (2002)

No local em estudo são possíveis que sejam desenvolvidas os dois tipos de trilhas dependendo do caso, podendo variar desde uma simples caminhada até uma saída de campo voltada para a questão ambiental.

Mirantes: os mirantes são alguns pontos onde o visitante pode parar e admirar a paisagem, sempre localizados em pontos estratégicos, de acordo com o Carvalho *et al.* (2002), estes equipamentos são pontos utilizados na observação de paisagens e também para espreitar animais, especialmente aves. Localizam-se de modo geral em trilhas, mas podem estar situados em qualquer outro ponto, são construídos ou também podem apresentar-se como mirantes naturais.

Os mirantes são ótimos pontos para se desenvolver a Interpretação Ambiental, e mesmo se tratando de uma visita guiada, são importantes que sejam fixadas placas com informações importantes que proporcionem um melhor entendimento do local.

No caso da área em estudo foram identificados dois pontos com alta potencialidade para a instalação de mirantes, uma delas em meio à vegetação de campo na parte central do parque e outra aos fundos de um hipermercado onde precisariam ser fixadas parcerias com a iniciativa privada, nesse ponto tem-se uma visão geral da unidade de conservação.



Figura 10: Ponto para possível instalação de um mirante, aos fundos de um hipermercado, com vista panorâmica do parque, dos bairros da Ronda e Jardim Maracanã.

Fonte: O autor (2012)

Observação de fauna e flora: durante uma visita com um grupo de quatro pessoas que trabalham com a atividade ecoturística na cidade de Ponta Grossa, foram identificadas algumas espécies de aves e vegetação no local, a formação individual de cada um dos quatro consta nos números a seguir:

1. Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Mestre em Gestão de Território (UEPG);
2. Técnico em Meio Ambiente pelo Colégio Estadual Polivalente, Engenheiro Agrônomo (UEPG);
3. Acadêmico do Curso de Licenciatura em Geografia (UEPG);
4. Acadêmico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (UEPG).

A visita durou uma hora e meia e as espécies identificadas durante a visita foram:

Pássaros

Nome Popular	Nome Científico
Gralha-picaça	<i>Cyanocorax chrysops</i>
Guaxo	<i>Phacellodomus ruber</i>
Bem-te-vi	<i>Pitangus sulphuratus</i>
Alma-de-gato	<i>Piaya cayana</i>
Tucano	<i>Ramphastos dicolorus</i>
João-de-barro	<i>Furnarius rufus</i>
Tesourinha	<i>Tirannus savana</i>

Quadro 4: Espécies de pássaros avistadas
Fonte: O autor (2013)

Vegetação Nativa

Nome Popular	Nome Científico
Araucária	<i>Araucaria angustifolia</i>
Cedro-Rosa	<i>Cedrela fissilis</i>
Angico-Branco	<i>Anadenanthera colubrina</i>
Carqueja	<i>Baccharis trimera</i>
Jerivá	<i>Syagrus romanzoffiana</i>

Quadro 5: Espécies da vegetação nativa
Fonte: O autor (2013)

Vegetação Exótica

Nome Popular	Nome Científico
Pinus	<i>Pinus elliottii</i>
Cinamomo	<i>Melia azedarach</i>
Uva do Japão	<i>Hovenia dulcis</i>

Quadro 6: Espécies da vegetação exótica.

Fonte: O autor (2013)

O que chamou mais atenção durante essa visita foi que, mesmo estando em uma Unidade de Conservação urbana onde ocorre o trânsito intenso de veículos ao seu redor, o som predominante no local foi o canto dos pássaros.

No parque podem ser desenvolvidos placas e painéis sobre as espécies de árvores nativas e exóticas, mostrando a importância do manejo.

Foi possível constatar que a atividade de observação de aves também pode ser desenvolvida no local, de acordo com Dias (2011), há inúmeras vantagens em se incentivar a observação de aves ou *Bird watching*, entre as mais importantes encontra-se o fato de tratar-se de uma atividade de baixo impacto ambiental, pois de um modo geral, quem observa aves se desloca nos ambientes naturais em pequenos grupos, caminhando de forma discreta e silenciosa, anotando as espécies vistas, gerando o menor impacto possível no local.

“Nos Campos Gerais há registro de 427 espécies de aves, esse número representa aproximadamente 58% de todas as espécies conhecidas no estado do Paraná”. (Melo *et al.*, 2007, p. 109).

A atividade de observação de aves ainda é muito pouco praticada no Brasil, porém em outros países como é o caso dos Estados Unidos, gera milhões de dólares todos os anos.

Acessibilidade: é indispensável que se pense nessa questão durante o planejamento de atrativos turísticos para que se tenha uma mobilidade facilitada para pessoas idosas ou com algum tipo de deficiência.

De acordo com o Ministério do Turismo (2006), no Brasil cerca de 14,5% da população tem algum tipo de deficiência, sendo que esses números não consideram pessoas com restrição de mobilidade. Projeta que 15% da população brasileira estará com idade superior a 60 anos em 2025.

O Ministério do Turismo também ressalta que atualmente não existem condições de acessibilidade condizentes para esses grupos populacionais e que,

projetar a igualdade social pressupõe em garantir a acessibilidade a todos, independentemente das diferenças, é preciso entender a diversidade como regra e não como exceção.

As áreas naturais, sejam elas unidades de conservação ou propriedades privadas particulares que desenvolvem o Ecoturismo, devem estar adaptadas para a visitação por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

As adaptações devem estar de acordo com os princípios da preservação ambiental, permitindo que a pessoa com deficiência tenha experiência mais completa possível com a interpretação e educação ambiental. Alguns exemplos são: rampa de acesso aos equipamentos, instalação de passarelas com corrimãos em trilhas, treinamento de monitores para atendimento em libras, material informativo em Braille e fontes ampliadas. Quando necessário, podem ser construídas maquetes ou instalados dispositivos que possibilitem uma visita virtual às áreas não acessíveis. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 79).

O Parque Municipal Mata Boca da Ronda poderá vir a se tornar referência na questão de acessibilidade, pois pode desenvolver vários métodos interpretativos para pessoas com deficiência e também projetar as trilhas com total mobilidade para diversos públicos, pois não existem relatos de parques na cidade de Ponta Grossa que desenvolvam esses métodos, nem mesmo o Parque Estadual de Vila Velha que é o principal atrativo natural da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se uma Unidade de Conservação é um bem público, é de interesse da sociedade, conhecer as atividades que podem ser desenvolvidas dentro destas áreas, também é importante que as comunidades participem das etapas de planejamento e gestão destas Unidades de Conservação.

Embora o Parque Municipal Mata Boca da Ronda não possua um forte apelo turístico, ele possui a vantagem de uma localização privilegiada, e também de ser uma área remanescente da Floresta Ombrófila Mista com a presença de campos nativos.

O primeiro passo é propor às autoridades competentes que sejam desenvolvidos estudos que possibilitem a criação de um plano de manejo, onde constarão todas as atividades que poderão ser desenvolvidas no local.

Além de se tornar uma opção de lazer para a sociedade Pontagrossense que poderá estar em contato com a natureza, o parque pode vir a se tornar um local onde as instituições de ensino da cidade de Ponta Grossa poderão agendar saídas de campo com os alunos, para que as aulas tornem-se mais interessantes, colocando em prática um dos principais propósitos das Unidades de Conservação que são abertas ao público: desenvolver a educação ambiental.

Segundo Compiani (*apud* Justen e Carneiro, 2009), o campo é um ótimo ambiente de ensino que auxilia na aprendizagem dos alunos, proporcionando o contato direto com os objetos e fenômenos concretos que estão sendo estudados. O contato direto com o meio é uma das características que tornam as atividades de campo essenciais, permitindo que o aluno perceba os fenômenos em sua interação e a natureza não fragmentada.

De acordo com Moreira (2011), as Unidades de Conservação abertas ao público são os locais ideais para a prática de atividades de educação e interpretação ambiental, sendo estes alguns dos diversos benefícios que estas áreas podem proporcionar para a sociedade.

No caso do Parque Municipal Mata Boca da Ronda, os visitantes poderiam conhecer um pouco mais sobre a vegetação que predominava no Estado do Paraná antes da sua colonização. Isso seria possível, através de trilhas interpretativas,

painéis com o nome das espécies, guias especializados e outros diversos meios interpretativos que podem ser desenvolvidos em Unidades de Conservação.

O ecoturismo aparece como uma importante ferramenta para desenvolver essas atividades dentro dessas áreas protegidas, mostrando tanto para a comunidade ao entorno do parque, quanto para os visitantes de fora a importância da conservação.

Percebeu-se também durante a elaboração deste trabalho a falta de material bibliográfico a respeito desta Unidade de Conservação, o que reforça ainda mais a importância desta pesquisa.

Por fim, conclui-se que o simples fato de decretar que determinada área se torne uma Unidade de Conservação, não é o bastante para protegê-la, é preciso que depois de criada sejam elaborados todos os estudos necessários para que sejam apontadas as atividades a serem desenvolvidas no local.

O Parque Municipal Mata Boca da Ronda possui potencial ecoturístico de fato, e algumas possibilidades de atividades que podem ser desenvolvidas ficam propostas nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

ANÁLISE SWOT. Disponível em: <
http://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise_SWOT> Acesso em: 10 de setembro de
 2013.

BARRETO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Turismo).

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BONZATO, B. M. **Análise ambiental de unidades de conservação através dos métodos swot e gut: O caso do parque estadual restinga de Bertioiga**. Pombal: Revista Brasileira de Gestão Ambiental, 2012.

CAMPANHA Esse Lugar é Seu. Disponível em: <
<http://redeglobo.globo.com/rpctv/esselugareseu/noticia/2013/10/campanha-faz-segundo-mutirao-de-limpeza-no-parque-margherita-masini.html>> Acesso em 10 de novembro de 2013.

CARVALHO F. N. *et. all*, **PROJETO DOCES MATAS: Manual de Introdução à Interpretação Ambiental**. Belo Horizonte; Instituto Estadual de Florestas, 2002.

CÉSAR, P.A. B; STIGLIANO, B; RAIMUNDO, S; NUCCI, J.C. **Ecoturismo**. Livro do aluno: Caminhos do Futuro. São Paulo: IPSIS, 2007.

COSTA, P. C. **Unidades de Conservação: Matéria-prima do Ecoturismo**. 1 ed. São Paulo: Aleph, 2002. (Série Turismo)

DIEGUES, A, C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DIAS, M.; MIKICH, S. B. **Levantamento e Conservação da Mastofauna em um Remanescente de Floresta Ombrófila Mista, Paraná, Brasil**. PUC – PR: 2006.

DIAS, R. **A biodiversidade como atrativo turístico: o caso do turismo de observação de aves no município de Ubatuba (SP)**. Revista Brasileira de Ecoturismo: São Paulo, v.4, n.1, 2011.

FOLMANN; A. C; **Trilhas em Áreas Ecológicas Para Vivências de Portadores de Deficiências Visuais**. Trabalho de Conclusão de Curso. Ponta Grossa: UEPG, Departamento de Turismo, 2003.

GUARIM; V. L. M. S; **Barranco Alto: uma experiência em educação ambiental**. Cuiabá: UFMT, 2002.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ: ICMS Ecológico. Disponível em: <<http://www.uc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=57>> Acesso em 10 de outubro de 2012.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.(Org). **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

JUSTEN, R.; CARNEIRO, C. D. R. **IMPORTÂNCIA DOS TRABALHOS DE CAMPO NA DISCIPLINA GEOGRAFIA: Um olhar sobre a prática escolar em Ponta Grossa – PR**. ENPEG - Porto Alegre, 2009.

KOTLER, P.; KELLER, K. **Administração de marketing**. 12.ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006.

LIMA, B. N.; SILVA, A. R. **Regeneração Natural em um Fragmento Florestal no Entorno do Parque Municipal mata Boca da Ronda.** Ponta Grossa 2010 – Unicentro.

LINDBERG, K., HAWKINS, D. E. (editores); tradução de Leila Cristina de M. Darin. **Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão.** 3 ed. – São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2001.

MELO, M. S. *et all*, **Patrimônio Natural dos Campos Gerais.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

MENDONÇA, R; NEIMAN, Z. **Ecoturismo no Brasil.** Barueri: Editora Manole, 2005.

MENGHINI, F. B., **As trilhas Interpretativas Como Recurso Pedagógico: Caminhos traçados para a educação ambiental,** Itajaí: UNIVALI; 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE: Unidades de Conservação / Plano de Manejo. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>> Acesso em 07 de outubro de 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação.** Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de áreas preotegidas. Brasília : Ministério do Meio Ambiente.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo e acessibilidade:** manual de orientações, Coordenação - Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

MOREIRA, J. C. M. **Geoturismo e Interpretação ambiental.** Ponta Grossa: UEPG, 2011.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Introducción al turismo** (Madri: OMT, 2003), p. 44.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, Cultura e Turismo**. Campinas: Papirus, 1993.

PONTA GROSSA. **Lei n. 4.832, 09 dez. 1992**. Dispõe sobre a criação das unidades de conservação que menciona e dá outras providências. Secretária Municipal de Assuntos e Negócios Jurídicos. 1992.

REIGOTA, M. **O Que é Educação Ambiental**. São Paulo. 2ª ed. Brasiliense, 2009.

RUSCHMANN, D.V.M. **Marketing Turístico**: um enfoque promocional. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1995. Coleção Turismo.

RUSCHMANN, D.V.M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 6.ed. Campinas: Papirus, 2000.

SCHENINI, C. S.; COSTA, A. M.; CASRIN, V. W. **Unidades de Conservação**: aspectos históricos e sua evolução – COBRAC/UFSC. Florianópolis, 2004.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO PARANÁ: Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=249>> Acesso em 07 de outubro de 2012.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC, lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5.ed. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

TAKEDA, A. K., **Unidades de Conservação da Região dos Campos Gerais**, Ponta Grossa: UEPG; 2001.

WWF – BRASIL, **Gestão de Unidades de Conservação**: Compartilhando uma experiência de capacitação. Realização: WWF – Brasil/IPE – Instituto de Pesquisas Ecológicas. Org: Maria Olatz Cases. Brasília, 2012.

ANEXO 01

Anexo 1: Lei 4832/92 | Lei nº 4832 de 09 de dezembro de 1992 de Ponta Grossa

A Câmara Municipal de Ponta Grossa, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criadas, no Município de Ponta Grossa, as seguintes unidades de conservação:

I - Parque Municipal Boca da Ronda: constituído do imóvel com a área de 38.054,80m², identificado na matrícula nº 10313, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, desta comarca;

II - Parque Municipal Chácara Dantas: constituído do imóvel com a área de 58.544,00m², identificado na matrícula nº 24.387, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, desta Comarca;

III - Parque Municipal Buraco do Padre: constituído do imóvel com a área de 290.763,39m², a ser desmembrada da área chamada Fazenda Rima, situada no local denominado Cercadinho, Distrito de Itaiacoca;

IV - Parque Municipal Fonte do Bicão: constituído dos imóveis com a área total de 9.842,15m², descritos no Decreto nº 213/92, de 09/07/92, situados no Distrito de Guaragi;

V - Parque Municipal Rio Verde: constituído do imóvel com a área de 43.481,62m², descrito no Decreto nº 277/90, de 30/10/90;

VI - Parque Municipal São Jorge: constituído do imóvel com a área de 132.246,76m², configurada em projeto de paisagismo e levantamento topográfico arquivados na Secretaria Municipal de Planejamento;

VII - Parque Municipal Capão da Onça: constituído do imóvel com a área de 5 alqueires, objeto da transcrição nº 418, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, desta Comarca.

§ 1º - As unidades de conservação referidas nos incisos I a III caracterizam-se como Reserva Ecológica, de preservação permanente, nos termos da legislação pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente.

§ 2º - As unidades de conservação referidas nos incisos IV a VII caracterizam-se como logradouros públicos destinados a uso recreativo, desportivo e de lazer, observada a preservação das matas ciliares, na forma da Lei.

§ 3º - O Poder Executivo promoverá as medidas legais cabíveis à aquisição das áreas referidas nos incisos III, VI e VII.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará, por decreto, sob proposta dos órgãos municipais competentes, os usos admissíveis nas áreas de reserva ecológica e logradouros públicos criados por esta Lei, de modo a compatibilizá-los com os objetivos da conservação ambiental.

Art. 3º - Com a finalidade de promover a conservação, fiscalização e supervisão das reservas ecológicas o Poder Executivo poderá:

I - ceder o uso a outros entes públicos ou órgãos da administração indireta ou fundacional;

II - celebrar convênios de cooperação com as entidades e órgãos referidos no inciso anterior.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração e Negócios Jurídicos, em 09 de dezembro de 1992.

PEDRO WOSGRAU FILHO

Prefeito Municipal